

**OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E OS GIGANTES: QUE EMANCIPAÇÃO
ESTÁ EM JOGO NOS ESTUDOS CRÍTICOS EM ADMINISTRAÇÃO?**

Antônio Gabriel Santana Martins (PPGSS/ESS/UFRJ)¹
Caio Martins (PPGSS/ESS/UFRJ)²

*Que é mais nobre para a alma:
suportar os dardos e arremessos do fardo sempre adverso,
ou armar-se contra um mar de desventuras
e dar-lhes fim tentando resistir-lhes?
(Hamlet - ato III, cena I)*

Resumo

No presente ensaio discutimos o sentido de emancipação hegemônico nos chamados Estudos Críticos em Administração, principal corrente teórica hodierna dos Estudos Organizacionais. Apesar da heterogeneidade dos representantes desta corrente teórica, percebe-se uma série de elementos comuns que nos permitem criticar, em sua genericidade, tal corrente. Armados até os dentes contra a Teoria Tradicional das Ciências da Administração, os Estudos Críticos em Administração (ECA) hasteiam sua bandeira em defesa de práticas organizativas emancipadas. Em sua guerra contra a Teoria Tradicional os Estudos Críticos em Administração demonstram, todavia, travar batalhas contra os inimigos errados. Ao ignorar causas fundamentais dos fenômenos coercitivos no “âmbito organizacional”, são levados a atacar somente seus efeitos em detrimento das causas, desembocando, implicitamente, em um horizonte reformista. Devido a sua desconsideração e desconexão do estudo das organizações e o modo de organizar dominante com a totalidade concreta da sociabilidade capitalista, esses estudos são comprometidos desde seu conceito mesmo de emancipação até as possibilidades de unir sua teoria com uma prática transformadora.

Palavras-chave: Estudos Organizacionais, Estudos Críticos em Administração e emancipação.

“Tem algo de errado no reino da Dinamarca”

“Todavia, o espírito comercial gera certos inconvenientes. A visão das pessoas se restringe [...]. Negligencia-se a educação das pessoas. Conseqüentemente, nas regiões comerciais da Inglaterra, os trabalhadores estão em uma condição desprezível [...]. Assim sendo, não há erro em dizer que as pessoas que vestem o mundo todo estão elas mesmas vestidas de farrapos.” (Adam Smith, A Riqueza das Nações [...])

¹ gabrielmartinsrs@yahoo.com.br

² caiomarti@yahoo.com.br

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Os processos de trabalho capitalistas são criticados desde a ascensão deste modo de produção, mesmo pelo economista liberal Adam Smith. Além das críticas teóricas de cientistas e ideólogos burgueses, as práticas de resistência são um resultado imediato e a demonstração sensível dos desumanizadores processos de trabalho capitalistas.

Das sabotagens às greves, dos falanstérios às cooperativas de trabalhadores e autogestões, a resistência faz-se presente tanto como resistência dentro das organizações capitalistas, como em forma de organizações de resistência. A primeira caracteriza-se pela manifestação, organizada ou não, dos trabalhadores em reivindicação dentro das organizações capitalistas enquanto a segunda se caracteriza pela formação de organizações que negam as práticas e processos de trabalho tidos como desumanizadores.

Dentro do campo do conhecimento conhecido como Estudos Organizacionais, subordinado na sociedade capitalista às Ciências da Administração, contudo, a crítica parece mais anacrônica. Se a Economia Política, fortemente identificada com o modo de produção capitalista, em um de seus maiores representantes já ressalta os males da produção capitalista, os precursores das Ciências da Administração não fazem o mesmo. Ure e Babbage, por exemplo, esforçam-se em destacar a importância das práticas impostas pelas manufaturas e indústrias capitalistas e dispensa comentários maiores as opiniões de Taylor, a quem é atribuída a paternidade deste misto de ideologia e técnica, como bem define Tragtenberg referindo-se às Ciências da Administração.

Por longos anos, parece não haver produção alguma na Administração que vá além do estudo da técnica e da disseminação da ideologia dos processos de produção capitalistas³, restringindo os Estudos Organizacionais às técnicas de produtividade. Assim, não conseguimos encontrar nada nesta área que seja anterior aos trabalhos de Maurício Tragtenberg e Alberto Guerreiro Ramos, hoje em um aparente movimento de recuperação de suas obras, mas ainda bastante restritos ao cenário brasileiro.

A crítica produzida dentro das Ciências da Administração torna-se expressiva internacionalmente somente em meados da década de 1980, depois de Guerreiro Ramos e Tragtenberg, portanto. A partir deste período, os chamados padrões burocráticos passam a ser fortemente criticados por autores pós-modernos e pela Escola Crítica. Entre outras importantes contribuições, conforme aponta Reed (*apud* DELLAGNELO, 2004), os estudos organizacionais conduzidos pela teoria crítica passam a ser mais “pluralísticos em relação aos temas centrais ou problemas investigados e aos referenciais teóricos utilizados em sua compreensão” (DELLAGNELO, 2004: p. 222). Clegg e Hardy (1999) corroboram com a afirmação da autora acerca do crescimento das críticas ao modelo hegemônico, chamada de funcionalista pelos autores, a partir da década de setenta do século passado.

Davel e Alcadipani (2002) acentuam o crescimento da crítica a este modelo de gestão funcionalista a partir da criação e desenvolvimento do movimento denominado *Critical Management Studies*. Os autores ainda afirmam que tal movimento ganha a cada dia mais espaço no meio acadêmico com a publicação de artigos, *workshops*, conferências e, inclusive um *PH.D.* em Estudos Críticos em Administração, pela Universidade de Lancaster, na Inglaterra, desde 2001 (FOURNIER e GREY *apud* DAVEL e ALCADIPANI, 2002).

Os Estudos Críticos em Administração e a emancipação possível

³ Em minha primeira aula neste mestrado, ao comentar sobre o seu pré-projeto de estudo das alterações nas identidades das produtoras de artesanato de Florianópolis mediante as transformações econômicas recentes da Ilha de Santa Catarina, minha colega, e todos os presentes em sala, teve de ouvir do professor que este não era um projeto de Administração, mas de Sociologia, pois os projetos da Administração, depois de produzidos (em uma Universidade pública) têm de poder ser vendidos a uma empresa por, pelo menos, dez mil reais.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

A partir da década de 1990, os estudos críticos adentram aos Estudos Organizacionais menos marginalmente, como foram em Tragtenberg e Prestes Motta, nas décadas de 70 e 80, respectivamente, apesar da expressividade que o primeiro alcançou fora do campo do conhecimento. A análise crítica da Administração ganhou espaço na Academia com a publicação do livro *Critical Management Studies*, de Alvesson e Willmott, no princípio da década de noventa do século XX. O livro, escrito com base nas teorias da Escola de Frankfurt, serve, segundo Davel e Alcadipani (2002), como pedra fundamental para o esforço da unificação das várias críticas às teorias hegemônicas.

Tal unificação não é, entretanto, homogênea, uma vez que abarca tradições marxianas, frankfurtianas e pós-modernas, entre outras. Nos Estudos Críticos em Administração observa-se um predomínio das críticas às estruturas de poder e dominação, com forte ligação às críticas às racionalidades imanentes à gestão, como afirmam Davel e Alcadipani (2002).

Os autores constroem, com base nos estudos de Fournier e Grey e Alvesson e Willmott, três parâmetros de identificação da chamada Escola Crítica: (a) desnaturalização da Teoria e práticas Administrativas; (b) desvinculação das intenções de desempenho e a (c) busca pela emancipação humana.

Aparentemente, tais parâmetros pouco ou nada fogem das críticas anteriores ao livro de Alvesson e Willmott supracitado, entretanto, reitera-se a forte ligação da Escola Crítica com as tradições frankfurtianas e pós-modernas, que focam suas análises na crítica da ascensão do predomínio da racionalidade instrumental e na questão do poder e preconceito.

O primeiro parâmetro, *desnaturalização*, é parte dos esforços dos teóricos da chamada Escola Crítica em desvelar as construções teóricas hegemônicas. Segundo a Escola Crítica (ALVESSON e DEETZ *apud* DAVEL e ALCADIPANI, 2002), a teoria organizacional hegemônica apresenta as organizações e as práticas dominantes como formações naturais. Dessa forma, destitui-se a formação social histórica originária das organizações, seu papel social e a “naturalidade” de relações próprias de um momento histórico passageiro e não obrigatoriamente imutável. Por desnaturalização, Davel e Alcadipani (2002) entendem o esforço teórico em desconstruir as ideias das chamadas Teorias Tradicionais da Administração, que afirmam ser, os arranjos institucionais, arranjos naturais, evidentes por si próprios e estranhos às chamadas relações de poder (ALVESSON e DEETZ, 1999 *apud* DAVEL e ALCADIPANI, 2002). Desse modo, os Estudos Críticos em Administração afirmam sua consideração pelas organizações como construções sócio-históricas.

Davel e Alcadipani (2002) assim diferenciam as teorias dominantes dos Estudos Críticos em Administração – que os autores abreviam para ECA:

Enquanto as teorias administrativas do século XX se engajam em um duplo movimento de construção da realidade organizacional e de ornamentação desta realidade com racionalidade, cientificidade e naturalização, os ECA são, em contrapartida, engajados no questionamento sistemático deste edifício teórico (Fournier & Grey, 2000). Assim, os ECA consideram a organização como uma construção sócio-histórica, tornando-se importante compreender como as organizações são formadas, consolidadas e transformadas do interior e do exterior (p. 04).

O segundo parâmetro apontado pelos autores, *intenção desvinculada de performance*, refere-se à natureza dos Estudos Críticos em Administração de não relação com o desenvolvimento de uma ciência com o objetivo de maximização de resultados e desenvolvimento técnico. Segundo os autores, os estudos considerados como não críticos obedecem ao princípio da *performance*, que subordina o conhecimento à eficiência, à eficácia e à lucratividade. Em uma perspectiva não crítica, a *performance* refere-se a um imperativo em volta do qual todo conhecimento ou prática deve ser gerado sem jamais deixar espaço a

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

questionamentos nem a dúvidas. A Teoria Crítica em Administração manifesta o contrário, ou seja, o desenvolvimento de uma pesquisa na abordagem crítica não se preocupa em gerar conhecimento em função da melhoria de desenvolvimento econômico em uma organização. Seu foco está, segundo afirmam, na tentativa de emancipar os homens dos mecanismos de opressão, tendo, de fato, o humano como ponto fundamental.

Os ECA entendem este movimento como uma subordinação do desenvolvimento científico da “Teoria Tradicional em Administração” como subordinada aos ditames da “lógica instrumental” e da “eficiência, eficácia e lucratividade”, ao que se contrapõem os teóricos da ECA.

Desse modo, o estudo das organizações parece ampliar-se para além da submissão do conhecimento aos imperativos de produção e maximização de resultados, focando na análise de formas e práticas que possam “emancipar os homens dos mecanismos de opressão, tendo, de fato, o humano como ponto fundamental” (DAVEL e ALCADIPANI, 2002: p. 04).

Esta intenção define o terceiro e último parâmetro apontado por Davel e Alcadipani (2002). Segundo os autores, os Estudos Críticos visam apoiar e facilitar a autonomia e responsabilidade dos indivíduos mediante a reflexão crítica das práticas opressivas.

Davel e Alcadipani (2002, p. 05) ressaltam que:

Por autonomia entende-se a capacidade dos seres humanos de produzir julgamentos que não sejam impedidos ou deformados por dependências sociais inúteis associadas à subordinação às desigualdades de riqueza, de poder e de conhecimento. Por responsabilidade entende-se o desenvolvimento de uma consciência de nossa interdependência social e, conseqüentemente, a compreensão de nossa responsabilidade coletiva para com os outros. A transformação emancipatória opera-se, então, à medida que as pessoas procuram mudar – pessoal, coletiva e progressivamente – seus hábitos e as instituições que impedem o desenvolvimento de sua autonomia e de sua responsabilidade (ALVESSON e WILLMOTT, 1996).

Os três parâmetros descritos até aqui são o que há em comum nos Estudos Críticos em Administração. Reitera-se que os Estudos Críticos são, como mencionando anteriormente, oriundos de diversas correntes teóricas, muitas delas com grandes divergências entre si, o que Davel e Alcadipani (2002) destacam como positivo, devido às possibilidades imanentes de autocrítica e constante atualização e reflexividade dos Estudos Críticos.

Davel e Alcadipani destacam três grandes conjuntos de tradições teóricas frequentes nos Estudos Críticos em Administração. O primeiro é identificado pela estreita relação, segundo Fournier e Grey e Alvesson e Deetz (*apud* DAVEL e ALCADIPANI, 2002), com as (a) tradições modernistas do marxismo, neomarxismo e da Escola de Frankfurt. O segundo grupo é identificado por Jacobson e Jacques (*apud* DAVEL e ALCADIPANI, 2002) pelas (b) tradições pós-analíticas. Por tradições “pós-analíticas” Jacobson e Jacques (*apud* DAVEL e ALCADIPANI, 2002) definem as “múltiplas correntes contemporâneas do pensamento social (e.g., pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-colonialismo) que podem ser unidas somente por aquilo de que elas diferem: o “conhecimento analítico” (p. 05). Já o terceiro e último grupo identificado pelos autores são as (c) teorias relacionadas ao feminismo. Esses três grupos compõem os conjuntos teóricos constitutivos dos Estudos Críticos em Administração.

Segundo Davel e Alcadipani (2002), tais grupos são elencados por serem considerados “efetivamente críticos” aos pressupostos tomados como verdadeiros na prática e na literatura hegemônica nas Ciências da Administração. O desenvolvimento anglo-saxão dos estudos críticos levaram estes estudos a expandirem as críticas às várias áreas da Administração, como afirmam Davel e Alcadipani (2002, pp. 05-6):

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Com efeito, Davel e Chennoufi (2001), em uma análise de 242 artigos de orientação crítica (apresentados em três congressos academicamente reconhecidos em administração), encontraram 12 subcampos de especialização da análise crítica em administração (organizações; marketing; estratégia; contabilidade; tecnologia da informação; tecnologia e conhecimento; métodos; ensino e aprendizagem; indústria cultural; cultura popular; globalização e meio ambiente). Este estudo indica, então, que os ECA se desenvolvem em contexto anglo-saxônico de maneira especializada, elaborando e fornecendo uma análise minuciosa e cada vez mais adaptada aos subsegmentos da administração. Por exemplo, mesmo as disciplinas consideradas puramente técnicas, como a contabilidade, o marketing e a gestão da tecnologia, começam a se tornar objeto de análises críticas mais precisas e menos generalizantes (Davel & Chennoufi, 2001).

Os autores ainda apontam para a produção nacional, com fortes características próprias, com autores de destaque como Tragtenberg, Prestes Motta, Guerreiro Ramos, Tenório e Faria. Desse modo, visam a apontar para a convergência entre as várias escolas que formam os Estudos Críticos quanto ao “paradigma radical humanista”, como também afirmam Burrell e Morgan (*apud* DAVEL e ALCADIPANI, 2002).

Os autores afirmam que por “paradigma radical humanista” compreende-se o ideal de emancipação, a fim de se evitar cair nas contradições dos conceitos do que é crítico. Tais parâmetros e sua heterogeneidade e constante auto-reflexividade nos permitem supor uma forte influência pragmatista e reformista nos ECA, como a seguir discutiremos tangencialmente à discussão mais relevante: a emancipação.

Os ECA afirmam como principal objetivo de seus estudos o ideal de emancipação, mas de que emancipação falam os ECA?

De que emancipação falam os ECA?

Os três parâmetros elencados anteriormente e os grupos apontados são frutos de um auto-definido “fim humano”, produtos de pesquisas com anseios de emancipação da humanidade e da liberdade do indivíduo. Entretanto, como se pode observar, quando se direciona o olhar mais atentamente aos três grupos e aos cinco nomes nacionais citados, vê-se que não há homogeneidade entre eles, como anteriormente comentado.

Desse modo, as críticas podem ser amplas e continuamente reflexivas, mas não há um projeto contra-hegemônico nos Estudos Críticos em Administração, havendo ainda muito que se refletir acerca dos caminhos que a crítica pode percorrer. Resumidamente, o que se chama de Estudos Críticos em Administração não é uma teoria ou uma corrente teórica de apreensão da realidade, vinculada dialeticamente a um projeto político, mas um conjunto de escolas que se opõem à chamada Teoria Tradicional em Administração, anacrônica mesmo aos principais desafios capitalistas.

Por sua heterogeneidade, é difícil fazer uma análise mais aprofundada dos ECA e suas inevitáveis limitações⁴, uma vez que o conceito de emancipação, recorte fundamental para o conceito de crítico desde Kant, são muito diversos. Entretanto, assim como Kant não conseguiu desvencilhar-se de seu tempo ao formular o que é crítica – *Aufklärung* – (FOUCAUL, 1990)⁵, muitos textos dos ECA não conseguem desvencilhar-se da “sociedade

⁴ As limitações a que me refiro aqui são as limitações óbvias de apreensão da realidade. A realidade não pode ser totalmente apreendida, e é estapafúrdio crer que, mesmo que fosse possível, se pudesse elaborar um “plano” minucioso e preciso para a emancipação humana. A realidade social é sócio-orgânica. Neste sentido, há uma conjugação de fatores que são dinâmicos e que se alteram constantemente.

⁵ Em 1784 Kant publica um artigo em um jornal alemão, com um desdobramento da idéia do *sapere audere*. O que Kant chama *Aufklärung* é seu conceito de crítica. Para o filósofo, a humanidade estava mantida em um “estado de menoridade”. Neste estado, o ser humano estaria mantido autoritariamente em uma prisão sem jaulas, preso à incapacidade de servir-se a si próprio sem que a direção venha de outrem. Neste sentido, o processo da crítica – *Aufklärung* – seria o opor-se a este “estado de menoridade”. Foucault afirma que “O que

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

de mercado” e de suas implicações, imperativos e determinações de manutenção de uma sociedade hierárquica e, portanto, não (humanamente) emancipada (MARX, 2007). Não é de modo algum casual que Davel e Alcadipani deixem isso transparecer no trecho abaixo (2002, p. 11):

Resumidamente e de forma geral, podemos perceber que a teoria crítica visa favorecer um *desenvolvimento racional e democrático das instituições modernas*, nas quais cidadãos responsáveis, auto-reflexivos e autônomos se tornam *progressivamente menos dependentes* de receberem entendimentos sobre suas necessidades. Eles se tornam menos direcionados pela aparente naturalidade e inevitabilidade da ordem político-econômica prevalecente (Alvesson & Willmott, 1996). É importante frisar, contudo, que os ECA não são, fundamentalmente, “antiadministração” (Alvesson & Willmott, 1992b, 1996). A emancipação proposta pelos ECA não visa, necessariamente, exterminar a administração e as organizações. Ao contrário, *adota-se e enfatiza-se uma visão da emancipação que é de natureza parcial e realizável na administração e nas práticas organizacionais de todos os dias. Os ECA objetivam, então, transformar a administração tradicional a fim de promover teorias e práticas administrativas que carreguem menos exclusão e dominação* (Watson, 1994; Alvesson & Willmott, 1996; Anthony, 1998). Assim, é importante ter em mente que *a abordagem crítica, em termos gerais, não pretende solucionar de forma definitiva o problema da dinâmica social e política que modela a maneira como as pessoas pensam, ressentem e agem. Ela busca operar no fluxo diário das práticas opressivas, dominantes e excludentes que, inutilmente, atrapalham o desenvolvimento pessoal e coletivo no âmbito organizacional* (Grifos meus).

Por sorte, este texto não é capaz de definir tudo o que é produzido e arbitrariamente incluído em um movimento teórico incrivelmente heterogêneo e em constante transformação, pois a *emancipação parcial* é algo tão nebuloso quanto a igualdade em uma sociedade de classes. Apesar de não poder definir tudo o que é produzido de crítica à chamada Teoria Tradicional da Administração, contudo, o último trecho citado de Davel e Alcadipani demonstra claras limitações dos ECA em sua síntese das mais expressivas correntes, autores e trabalhos. Os autores que colocam como objetivo dos ECA a “busca pela emancipação humana” logo o abandonam ao afirmarem que “a abordagem crítica, em termos gerais, não pretende solucionar de forma definitiva o problema da dinâmica social” (como os autores chamam a exploração capitalista e seus efeitos). Logo, os autores, em um bom texto de síntese dos ECA, tornam explícita o limite desses estudos: sua incapacidade de pensar a sociedade para além da sociedade do capital. É evidente que isso não inclui todos os trabalhos críticos em Administração - pois neste trabalho almejamos isso, por exemplo -, mas, em termos gerais, é dominante esta limitação não somente nos ECA, mas no Serviço Social, na Filosofia, na Economia etc.

Aqui nos é possível afirmar uma influência, difícil de ser negada, do pragmatismo nas concepções dos ECA. Tal como a corrente filosófica do pragmatismo, os ECA preconizam não haver uma teoria ou mesmo corrente teórica como balizadora de sua crítica, mas uma série de teorias em constante influência. A tradicional metáfora do corredor de um hotel é elucidativa: o pragmatismo é o método de intervenção na realidade em que as teorias são como os quartos, de modo a ninguém ser obrigado a passar por todos os quartos, mas a todos confluírem ao corredor, o espaço da prática. Não bastasse esse modo ao mesmo tempo eclético e pragmático de apreender as teorias, destaca-se também a forte relevância que se dá nessa escola à busca do “possível”, do “efetivo”, do “gradativo”.

Kant descrevia como a *Aufklärung*, é o que eu tentei até agora descrever como a crítica, como essa atitude crítica que se vê aparecer como atitude específica no Ocidente a partir, creio, do que foi historicamente o grande processo de governamentalização da sociedade.” (FOUCAULT, 1990, p. 41).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

O pragmatismo, originário como corrente filosófica em Peirce, James e Dewey, afirma a prática como fundamento da teoria e, mais que isso, como objetivo desta. É dizer: a teoria não se firma nos seus fundamentos e lógica interna, na *essência* dos fenômenos, mas em sua *utilidade*, como a teoria pode projetar e intervir na prática apreendida.

Desse modo, para o pragmatismo, com as peculiaridades de cada um de seus fundadores e, mais ainda, dos autores posteriores, as conseqüências são mais relevantes que as causas, e a utilidade é a medida do real. Assim, o sucesso de uma teoria, ou, por conseqüência, seu fracasso, é medida por sua aplicabilidade. A realidade é assim reduzida ao *imediatamente possível*. A mente é um mecanismo adaptativo para seu comportamento ao meio. O que não é útil é descartável. O critério da verdade é o resultado - apesar de depender do ponto de vista do interessado, uma vez que o verdadeiro é o útil.

Dessa forma, não parece nada absurdo afirmar uma influência pragmatista nos ECA dada não somente a relação destes estudos com diversas correntes, cada qual *utilizada* conforme a *utilidade* para a crítica, mas, principalmente, na ênfase que estes estudos dão ao “realizável”, ou seja, à utilidade prática imediata de uma teoria de intervenção (imediatista). Não obstante, tal procedimento, mais que enfrentar e superar os males denunciados, os reforça ao afirmá-los enquanto reformáveis.

Muitas dessas limitações são conseqüências da abordagem em *efeitos*, ao invés das *causas* desse “problema da dinâmica social”. A limitação em vislumbrar o estranhamento e a fetichização, a alienação do trabalho, a exploração capitalista como “o ponto de Arquimedes” do “problema da dinâmica social” revela o caráter reformista, utópico, ilusório e, até mesmo, apologético em defesa da mesma sociedade criticada por esses trabalhos (como já afirmara Marx há mais de um século quando apontou as limitações de Proudhon em superar seu próprio tempo histórico em “A miséria da Filosofia”).

Quando Davel e Alcadipani resumem que, “em termos gerais”, a abordagem crítica na Administração

não pretende solucionar de forma definitiva o problema da dinâmica social e política que modela a maneira como as pessoas pensam, ressentem e agem. Ela *busca operar no fluxo diário das práticas opressivas, dominantes e excludentes* que, inutilmente, atrapalham o desenvolvimento pessoal e coletivo no âmbito organizacional (Grifos meus).

Deixam claro que o “operar no fluxo diário das práticas opressivas” é um “operar” cirúrgico, mas um cirúrgico não na precisão da operação, e sim de consertar um mal funcionamento, uma correção de um *efeito*, não de sua *causa*. Esse foco de operar nos efeitos e não nas causas, reitero, dá um caráter eminentemente reformista aos ECA. O “operar no fluxo diário das práticas opressivas” não afirma uma superação das causas, mas uma “tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade através da qual se removem *defeitos específicos*” (MÉSZÁROS, 2005; p. 62), atribuindo às práticas de trabalho do capitalismo um caráter pré-capitalista como a opressão e exclusão (crítica que retomaremos mais adiante).

Os autores, quando, em defesa dos ECA, afirmam que se adota “e enfatiza-se uma visão da emancipação que é de natureza [...] *realizável*”, tornam explícito que tais estudos limitam-se a apresentar como real algo prático e utilitário; que uma verdade apenas é verdade por possuir utilidade prática imediata. Por isso, a abordagem crítica

não pretende solucionar de forma definitiva o problema da dinâmica social e política [...]. Ela busca operar no fluxo diário das práticas opressivas, dominantes e excludentes que, *inutilmente, atrapalham o desenvolvimento pessoal e coletivo* no âmbito organizacional (Grifos meus).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Dessa forma, os ECA demonstram sua proximidade ao pragmatismo⁶, vinculando o conhecimento produzido ao utilitarismo, apresentando suas teorizações como reais por serem “realizáveis” e como relevantes por removerem práticas que “inutilmente” atrapalham o desenvolvimento pessoal e coletivo no âmbito organizacional.

Esta vinculação com o pragmatismo, esta apreensão somente do imediato, do fenômeno, por conseqüência, como afirma Vásquez (1990), solapa a essência do conhecimento ao reduzir o verdadeiro ao útil e compromete a análise dos ECA. Assim apreendendo, distante das mediações históricas e estruturais da sociabilidade capitalista, resta aos ECA uma resolução *útil e realizável* dos problemas da “dinâmica social”. Nesse sentido, aproximam-se os ECA do reformismo, da retirada de problemas pontuais para melhor funcionamento da sociedade capitalista, da retirada do inútil aos sujeitos a serem “parcialmente emancipados”, mas nos marcos deste sistema.

A abordagem reformista é absolutamente utópica. Tão utópica que compromete outro dos objetivos dos ECA: a “desnaturalização da Teoria e práticas organizativas”. Compromete porque, para defenderem as reformas propostas, os ECA têm de negar, *a priori*, as causas dos problemas, que são históricas por excelência. A reforma, a “mudança gradual e possível” de problemas específicos, para tentar parecer possível, atua sobre os *efeitos* específicos de “problemas da dinâmica social”, cujas causas são próprias da “dinâmica social” de uma sociedade específica. Sociedade essa que se não for superada não permitirá um passo a frente que se sustente.

A argumentação de negar as “práticas opressivas, dominantes e excludentes”, visando sua superação gradual, visto “que, inutilmente, atrapalham o desenvolvimento pessoal e coletivo *no âmbito organizacional*” (grifos meus), sem buscar a solução “de forma definitiva [para] o problema da dinâmica social e política que modela a maneira como as pessoas pensam, ressentem e agem”, acaba por tornar vulnerável a argumentação “porque a negação direta das várias manifestações de alienação é ainda condicional naquilo que ela nega e, portanto, permanece vulnerável em virtude dessa condicionalidade” (MÉSZÁROS, 2005, p.62). Ademais, a “mudança gradual” na sociedade através da remoção de defeitos específicos tende a afirmar o objeto de negação. Ao apresentá-lo como reformável, nega-se e mina-se “a base sobre a qual as reivindicações de um sistema alternativo possam ser articuladas” (MÉSZÁROS, 2007; p.215).

Para que haja superação da condicionalidade de negação, ou seja, superação real das *causas* do “problema da dinâmica social”, é premente a busca pela compreensão dessas causas. Quando os autores afirmam que não há a pretensão em resolver de forma definitiva os problemas sociais e políticos da humanidade, a crítica é coerente ao espaço de organização do trabalho, contudo, inócua se limitada a essa mediação e seus consequentes efeitos. Ademais, o objetivo da crítica, se almeja constituir-se não somente enquanto resistência, mas como possível de superar o objeto criticado, deve ser a superação mais que a desconstrução e o desvelamento do movimento por detrás das práticas hegemônicas das Ciências da Administração. Paraphraseando a última tese de Marx contra Feuerbach, poderíamos dizer que os ECA têm apenas interpretado o mundo de maneira diferente; a questão, porém, é transformá-lo. Consideramos também que não há a possibilidade de superação por meio das práticas organizativas, uma vez que não são as práticas organizativas hegemônicas isoladamente que conduzem a humanidade a esta situação de orientação do trabalho para a expansão do capital, de subsunção do trabalho concreto ao trabalho abstrato e deste ao trabalho produtivo.

⁶ “Se o praticismo se põe em evidência, principalmente, em sua concepção da verdade; do fato de nosso conhecimento estar vinculado a necessidades práticas, o pragmatismo infere que o verdadeiro se reduz ao útil, com o que solapa a própria essência do conhecimento” (VÁSQUEZ, 1990, p. 211).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Mészáros (1981) afirma que

O procedimento de Marx é [...] partir de uma análise econômica concebida como a base teórica de uma ação política desejada. Isso não significa, porém, que ele identifique a “transcendência” da alienação com essa ação política. Ao contrário, com frequência ressalta que a alienação da atividade produtiva só pode ser superada de maneira final na esfera da produção. A ação política só pode criar as condições gerais; e tais condições não são idênticas à superação real da alienação, mas um pré-requisito necessário a ela. O processo concreto de superação, em si, está no futuro, bem a frente do período da ação política que cria as condições necessárias para que inicie o processo de transcendência positiva. Não podemos dizer a que distância está esse processo no futuro, porque isso depende de muitas condições (p. 117).

Sobre este aspecto parecem pecar não somente os ECA, mas a maior parte dos mais difundidos textos pretensamente contra-hegemônicos das Ciências da Administração. Evidentemente que não nos atemos a todas as críticas produzidas – o argumento de rechaçar a crítica com base em “pontos discrepantes” esquecidos ou relegados ou a “não mencionar ‘x’ ou ‘y’” é infundado, uma vez que é inviável conhecer absolutamente tudo o que é concebido. As produções mais expressivas, contudo, demonstram limitações incríveis.

Clegg (1998) clama por “novos olhares” para “velhos problemas”; Aktouf (1996) disserta sobre alienação, mas resolve a “problemática das organizações” em novas práticas organizacionais dentro de empresas que reproduzem ampliadamente o capital, embora de forma mais “justa”; e Serva (1997) resolve a crescente instrumentalização da ação dos indivíduos com o “fenômeno das organizações substantivas”, aproximando-as e distanciando-as de um tipo ideal poli-histórico. Esses são apenas alguns exemplos.

Buscar dentro de organizações a resolução para a questão da emancipação humana conduz a seríssimos problemas. Quando Wilmott abandona a emancipação em busca da “micro-emancipação”, quando os ECA abandonam a “resolução da problemática social”, quando Aktouf conduz a ações individuais e Serva enquadra a realidade em tipos ideais com base na ação comunicativa, todas essas divergentes correntes caminham para a mesma estrada: a resolução do “possível” dentro da ordem estabelecida. Rumam para o reformismo e recusam, *a priori*, a ação política que permita a construção de bases para a superação desse tempo histórico.

Mészáros (2007) afirma que

A recusa reformista em abordar as contradições do sistema existente, em nome de uma presumida legitimidade de lidar apenas com as manifestações particulares – ou, nas suas variações “pós-modernas”, a rejeição apriorística das chamadas grandes narrativas em nome de *petitis récits* idealizados arbitrariamente – é na realidade apenas uma forma peculiar de rejeitar, sem uma análise adequada, a possibilidade de se ter qualquer sistema rival e uma forma igualmente apriorística de eternizar o sistema capitalista. O objetivo real da argumentação reformista é, de forma especialmente mistificadora, o sistema dominante como tal, e não as partes, quer do sistema rejeitado quer do defendido, não obstante o alegado zelo reformista explicitamente declarado pelos proponentes da “mudança gradual”. O inevitável fracasso em revelar a verdadeira preocupação do reformismo decorre da sua incapacidade de sustentar a validade atemporal da ordem política e socioeconômica estabelecida. É na realidade, totalmente inconcebível sustentar a validade atemporal da ordem política socioeconomicamente estabelecida. Na realidade, é completamente inconcebível sustentar a validade atemporal e a permanência de qualquer coisa criada historicamente. É isso que torna inevitável, em todas as variedades sociopolíticas do reformismo, tentar desviar a atenção das determinações sistêmicas – que no final das contas definem o caráter de todas as questões vitais – para discussões mais ou menos aleatórias sobre efeitos específicos enquanto deixa a

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

sua incorrigível base causal não só incontestavelmente permanente como também omissa (MÉSZÁROS, 2007; p. 216. Grifos do autor).

Desse modo, cremos que, da mesma forma que o domínio do capital ocorre pela conjugação de vários fatores que vão além da organização do trabalho⁷ - portanto, não se restringindo à organização econômica da vida humana -, para ultrapassar este período histórico de (quase) completa subsunção da humanidade aos imperativos do capital, há a necessidade de conjugação de vários fatores também para que seja possível a saída da atual situação⁸.

A Teoria Tradicional na Administração é uma necessária práxis das necessidades de reprodução ampliada do capital e sistematização ideológica e técnica para suprir estas necessidades do ponto de vista das personificações do capital⁹. Assim sendo, nunca, em momento algum, a Teoria Tradicional poderá responder às demandas necessárias à emancipação humana. Uma vez que esta responde às necessidades de reprodução do capital, esta jamais poderá responder a um elemento essencial para a emancipação humana: a extinção do capital. O capital conduz a relações sociais necessariamente fetichizantes e estranhadas e apenas existe, como fator onipresente e dominante das relações sociais, quando protegido pelo Estado burguês e com a subsunção do trabalho concreto a seus imperativos auto-expansivos (MÉSZÁROS, 2002) – é dizer, deste ao trabalho abstrato e do trabalho abstrato ao trabalho produtivo.

Reformismo e emancipação humana

Marx remete-se ao capitalismo como um modo de produção orgânico, concepção de clara inspiração hegeliana. Mézáros (2007) lembra que esta definição é bastante feliz em Marx por não considerar o capitalismo um sistema baseado na exploração do trabalho por si só, mas com diversos mecanismos que se auto-regulam e se auto-articulam organicamente. Com base nisso, Mézáros recorda que não pode haver restrição das forças revolucionárias a almejarem a conquista do Estado, ou a buscar a destruição do capital, ou a emancipar humanamente o trabalho. Nada disso é possível se realizado separadamente. Estes três elementos, constitutivos do que Mézáros denomina sociometabolismo do capital estão intimamente ligados, e não podem ser erradicados simplesmente.

A transcendência deste tempo histórico para um período em que a produção da vida humana se determine por necessidades humanas tem de se dar por intermédio de uma Revolução Social - termo usado por Marx -, tem de “colocar algo no lugar” do retirado. O Estado é um marco de dominação, mas não pode ser simplesmente abolido, tem de definir, como defendeu Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2007). O capital tem de ser extinto, mas deve haver um novo processo de mediação e controle social, um controle substantivo da produção material da vida do ser social. E o trabalho não pode, jamais, ser abolido, uma vez que é através dele que o ser social medeia com a natureza, mas tem de superar seu estado de

⁷ Por esse motivo é chamado de “sistema orgânico” por Marx (1983) e denominada, sua dinâmica, de “sociometabolismo do capital” por Mézáros (2002).

⁸ “Foi feita uma lei [em Frankfurt] permitindo que apenas o primeiro andar de uma casa nova se projetasse para fora do terreno, enquanto os andares superiores deveriam se manter nos limites do terreno. Para evitar perder o espaço que se projetava sobre a rua no segundo andar, meu pai *contornou essa lei*, como outros o tinham feito antes dele, escorando as partes mais elevadas da casa, tirando um andar depois do outro, da base para cima, enquanto ele *introduzia a nova estrutura*, de tal modo que, apesar de *ao fim nada da velha casa ter restado*, o prédio totalmente novo poderia ser considerado mera renovação” (GOETHE *apud* MÉSZÁROS, 2002, p: 515. Grifos de Mézáros).

⁹ O leitor interessado pode encontrar uma crítica à Teoria Tradicional em: MARTINS, C.; MARTINS, A. C. G. *Ontologia Marxista, Emancipação Humana e Estudos Organizacionais*. Anais do XXXV Enanpad, Rio de Janeiro, 2011.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

subsunção pelo capital, superar sua manifestação abstrata e tornar-se trabalho emancipado (MÉSZÁROS, 2007).

Quanto à crítica produzida contra a “Teoria Tradicional da Administração” pelos ECA, descuida-se de centrar que os processos de trabalho são dinâmicos e em constante alteração, mas que, independentemente da forma como se apresentam, são, enquanto subsumidos ao trabalho abstrato, práticas de reprodução de capital e, portanto, de necessária subsunção do trabalho concreto ao trabalho produtor de mercadorias e, em especial, ao trabalho que reproduza ampliadamente capital. As condições com que se desenvolvem as formas de extração de mais-valia, a jornada de trabalho, o salário, as técnicas de gestão, dependem muito mais da dinâmica da luta de classes que de um viés do que é “útil ou inútil” no “desenvolvimento pessoal e coletivo no âmbito organizacional”.

Presos às manifestações desumanizadoras das práticas produtivas capitalistas, os ECA parecem fugir do debate em torno do modo de produção e lutar contra as manifestações “opressoras e excludentes” dessas práticas. Ao tomarem o embate por este viés, ao combaterem estas manifestações como frutos teleológicos desvinculados das causas, os ECA afirmam o sistema capitalista como reformável e, portanto, como possível de eliminar as “opressões e exclusões”. Ou seja, os problemas em si nada têm a ver com o capitalismo e suas conseqüências como o estranhamento, a reificação e a exploração e subsunção do trabalho concreto ao abstrato, mas com manifestações “*que, inutilmente, atrapalham o desenvolvimento pessoal e coletivo no âmbito organizacional*”.

O que os ECA parecem esquecer é que as práticas organizativas capitalistas não se fundamentam essencialmente na opressão e exclusão, como afirmam. Assim, os ECA já nascem anacrônicos, pois a relação entre capitalistas e trabalhadores é uma relação de exploração que condiciona a opressão. Por caracterizar-se enquanto exploratória, a relação entre as personificações do capitalismo tem por pressuposta a liberdade para o trabalhador vender sua única mercadoria – sua força de trabalho – o que coloca tanto capitalistas quanto trabalhadores em uma relação de igualdade, dada a troca de equivalentes. Juridicamente, nas relações de mercado e enquanto portadores de mercadorias equivalentes, não há, necessariamente, “exclusão e opressão”. No entanto, a relação entre capitalistas e trabalhadores não se dá exclusivamente na esfera de circulação, isto é, no mercado, momento em que são juridicamente iguais. Uma vez comprada a força de trabalho, esta é valor de uso do capitalista. A esse respeito, diz Marx (1983, p. 244):

Dentro do processo de produção, o capital evoluiu para o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou seja, sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida de que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com seu grau adequado de intensidade.

O capital evolui, além disso, para uma relação coercitiva que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que exigia o estreito círculo de suas próprias necessidades vitais. E como produtor de laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador da força de trabalho, o capital supera em energia, exorbitamento e eficácia, todos os sistemas de produção anteriores baseados em trabalho forçado direto.

Em outras palavras, dada a anarquia da divisão social do trabalho, os processos de trabalho são organizados sob a autoridade despótica do capital. A força de trabalho comprada, como valor de uso da administração que personifica o capital é, pois, o fundamento do caráter coercitivo dos processos de trabalho neste modo de produção.

As práticas organizativas desumanizadoras são assim desvios e o capitalismo já superou isso? Evidente que não. As práticas capitalistas de produção caracterizam-se

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

enquanto desumanizadoras não por uma consequência de opressão e exclusão no *âmbito organizacional*, mas por se caracterizarem enquanto processos de trabalho capitalistas.

“Não são gigantes, são moinhos”

*“Todos os trabalhos são desagradáveis,
menos o do rei dos deuses,
pois ninguém é livre senão Zeus”
(Prometeu acorrentado – Ato e cena únicos)*

O capitalismo possui como “célula básica” a mercadoria. A produção de mercadorias pressupõe que os valores de uso produzidos para satisfação de necessidades “do estômago à fantasia” sejam trocados no mercado por outras mercadorias em igualdade de valor. A medida de valor, o peso que vai para a balança no momento da troca de mercadorias, é o trabalho (MARX, 1983).

Como mensurar, todavia, este trabalho? Como resolver este “enigma da mercadoria”? Clara Nunes, em seu bem humorado samba de partido, tentou responder:

*É o progresso, tia Clementina, trouxe tanta confusão.
Um litro de gasolina por cem gramas de feijão.*

Porém, por mais que apreenda a perplexidade do ser social de nosso tempo, expressando-a artiscamente, os fundamentos do fenômeno não são apreendidos. O trabalho que equivale na troca de x dúzias de rosas por y armas de destruição em massa não é o trabalho concreto, o trabalho que produz os valores de uso, mas o trabalho abstrato, a “gelatina de trabalho indiferenciado”. Mediadas pelo *quantum* de trabalho abstrato, pode-se trocar as mercadorias chocolates por fuzis, poesias por bombas atômicas, gasolina por feijão.

O valor de cada mercadoria é, assim, o *tempo socialmente* necessário para a produção de cada mercadoria. O valor de cada mercadoria não é medido unitariamente, mas socialmente. Deste modo, o valor da mercadoria cadeia considera o *tempo médio* que a sociedade despense para produzir aquele tipo de mercadoria.

A produção de mercadorias no capitalismo pressupõe ainda que esta produção se dê por intermédio de relações capitalistas, é dizer: com a força de trabalho transformada em mercadoria e com apropriação das mercadorias produzidas por parte dos detentores privados dos meios de produção, ou seja, pelos capitalistas.

Como detentores dos meios de produção e proprietários legais da força de trabalho comprada junto aos trabalhadores, os capitalistas impõem o ritmo de trabalho e possuem e prerrogativa de organizar a técnica de produção de mercadorias. Como detentores das mercadorias produzidas, os capitalistas precisam, igualmente, trocá-las no mercado capitalista, a fim de realizar a mais-valia extraída da força de trabalho e poder reiniciar, e ampliar, o ciclo de reprodução do capital.

A partir dessa necessidade, os capitalistas tornam-se competidores entre si. Os proprietários das mercadorias que satisfazem as mesmas necessidades, ou necessidades análogas, disputam entre si a possibilidade de troca de mercadorias no mercado capitalista. Dado o fato de as mercadorias serem portadoras de valor (tempo socialmente necessário para sua produção), a competição inter-capitalista dá-se pela redução do tempo socialmente necessário para produção dessas mercadorias, que para os capitalistas apresenta-se, enquanto fenômeno, como *redução de custos, aumento de produtividade* etc. Tal redução atua como imperativo e impõe uma tendencial *lei técnica* na produção capitalista.

Em mortal disputa, os capitalistas, personificações do capital, se degladiam em resposta às imposições da mutável lei técnica. O considerável aumento da composição



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

orgânica do capital (incremento proporcional dos meios de produção comparativamente ao da força de trabalho) é uma tendência historicamente observada da influência da lei técnica capitalista, com cruciais implicações (igualmente tendenciais) como a ascensão do exército industrial de reserva, a mais-valia relativa e, mais recentemente, o crônico (ou estrutural) desemprego. Enquanto personificações do capital, portanto, os capitalistas estão constrangidos (ou obrigados, uma vez que negando tais imperativos deixam de ser “personificações do capital”) a agir sob tais tendências, frutos dos imperativos de reprodução ampliada do capital.

Posta desta forma, a emancipação dentro do espaço organizacional se apresenta como algo inconcebível se desconsideradas as mediações existentes fora das organizações capitalistas. Isso não significa que toda a dinâmica observada, denunciada, combatida pelos ECA seja irreal. Significa, contudo, que tais estudos empreendem uma luta contra efeitos, ilusória e quixotesicamente transformados em causas.

Tal medida, como afirmado anteriormente, conduz os ECA a resignarem a emancipação humana à “possível” “emancipação dentro do espaço organizacional” (capitalista). Desconsiderando mediações fundamentais como a divisão do trabalho, a propriedade privada e o mercado, os ECA reduzem suas críticas das práticas organizativas próprias do capitalismo a “práticas organizativas opressoras”, caminhando muito mais para a afirmação do sistema sóciometabólico do capital, ao afirmá-lo como reformável e corrigível, que para a superação dessas mesmas práticas.

Em muitos projetos de socialistas utópicos, essas mediações – “divisão do trabalho”, “propriedade privada”, “mercado” etc. – são devidamente identificadas como alienantes, como bases da exploração capitalista. No socialismo utópico, entretanto, tais mediações foram identificadas como as causas da alienação e não como frutos da objetivação do capital, como mencionado anteriormente. Diferente dos socialistas utópicos, Marx identifica essas mediações como manifestações sensíveis do movimento de objetivação do capital.

Ao identificá-las como objetivações do capital, Marx busca a superação dessas mediações, considerando-as como historicamente específicas da automediação ontologicamente fundamental do homem com a natureza, como mediações da mediação histórica cuja necessidade de rompimento é vital para a emancipação humana. Logo, se todas essas mediações específicas são objetivações materiais de um imperativo do capital, subsumindo o trabalho, a emancipação humana perpassa esse “rompimento vital”. Mas isso não se dá por decreto; ao contrário, pode até mesmo estancar-se em uma (pontual) revolução armada.

Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2007) entende que a revolução que emanciparia o ser humano passaria por diversas etapas – evidentemente não mecânicas -, cuja primeira seria o socialismo. Na sociedade socialista há Estado, por exemplo. Ora, se o Estado é uma das mediações de segunda ordem, que assegura a subsunção do trabalho, como, portanto, poderia haver espaço em uma sociedade que almeja a emancipação a existência de tal instituição? Exatamente por isso a sociedade socialista é, na tradição marxista, uma sociedade de transição rumo a uma sociedade em que a emancipação torna-se possível: a sociedade comunista.

Marx assim concebe por compreender que não é possível extinguir as mediações de segunda ordem. Por isso o pensador alemão usa o conceito de revolução social. A revolução social tem de “colocar algo no lugar” do retirado. O Estado é um marco de dominação, mas não pode ser simplesmente extirpado, tem de definir. O capital tem de ser abolido, mas deve haver um novo processo de mediação e controle social, um controle substantivo da produção material da vida do ser social posto em seu lugar como mediador da ação humana e como imperativo a tal. Para tanto, como menciona Lênin (1988), não se deve abominar qualquer

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

forma de luta, é evidente, mas, menos ainda, relegar qualquer forma de embate pela emancipação humana.

Mas a que emancipação se chega? Essa é a questão de muitos autores, correntes religiosas e correntes filosóficas. Contudo, se faltaram ferramentas metodológicas a muitos autores, hoje, além da ideologia, a separação e antagonismo entre indivíduo e sociedade - promovida, em grande parte, pela propriedade privada - reproduz-se idealmente na forma de compreensões teóricas que divorciam entre indivíduo e sociedade. Desde compreensões individualistas - de sociedade a serviço do auto-desenvolvimento individual - a totalitaristas - de indivíduos a serviço da sociedade, todas manifestam sintomaticamente esta fragmentação. Kant sublimou esta dicotomia; Nietzsche separou os tipos de homem para assegurar o além-do-homem, ou super-homem, o auto-desenvolvimento; Sartre expôs a emancipação como um eterno devir, a ser conquistado e perdido, e diversos outros autores responderam esta questão sem conseguir desfazer o nó da dicotomia entre indivíduo e sociedade. Marx buscou desfazê-lo afirmando que ela somente existe nas sociedades de classes. Para Marx, a relação homem-natureza mediada pelo trabalho, ao ser mediada pela divisão do trabalho nas sociedades de classes, criou esta dicotomia, que é ontologicamente falsa. Para o autor (2007, p. 42)

Toda emancipação é a recondução do mundo humano, das relações, ao próprio homem.

A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral.

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas "*forces propres*" como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana

Colocar a emancipação no norte da ação política é a única forma verdadeiramente possível de enfrentar o "problema da dinâmica social", ou seja, de superar as causas, as correntes que prendem Prometeu ao rochedo.

Importantíssimo também ressaltar e ter claro que este fenômeno é fruto da objetivação do capital, e que este é uma forma de propriedade privada dos meios de produção, cujas relações dinâmicas dão-lhe materialidade.

A propriedade privada material, imediatamente perceptível, é a expressão material e sensível da vida humana alienada. O seu movimento - a produção e o consumo - é a manifestação sensível do movimento de toda a produção anterior, quer dizer, a realização ou realidade do homem. [...] A eliminação positiva da propriedade privada [...] constitui portanto a eliminação positiva de toda a alienação, o regresso do homem a partir da religião, da família do Estado, etc., à sua existência humana, ou seja, social (MARX e ENGELS, 2001, pp 138-9).

Em consonância com essa ideia da superação, Mészáros (2002) afirma que a superação dessa crescente alienação humana apenas pode ser dar de maneira definitiva com a superação do capital, que perpassa pelo definhamento do Estado e pelo fim da hierárquica divisão do trabalho. A resistência aos ditos "padrões hegemônicos", se parte desses pressupostos, extrapola o reformismo proposto pelos ECA e torna-se assim parte ativa de um processo que é mais que uma tentativa quixotesca de desenvolvimento de um metabolismo que vai à contramão de um "padrão", isolado das demais práxis humanas, mas torna-se elemento vivo na construção de uma alternativa contra-hegemônica capaz de destruir, e não



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

controlar, o capital e pôr em seu lugar uma nova relação de intercâmbio e mediação entre os homens e entre os homens e a natureza, uma relação primordialmente substantiva. Assim, radicaliza-se a resistência como um movimento em que a tensão entre um projeto hegemônico confronta-se mais que com seu objeto de negação, mas com um projeto capaz de superá-lo, em um projeto em que se pauta uma criteriosa e profunda relação entre teoria e prática, em que a práxis revolucionária pauta a reflexão de si mesma como elemento impulsionador dessa mesma práxis.

Com esta radicalidade, a resistência ultrapassa os limites antropológicos rasos (MÉSZÁROS, 1981) e ganha *status* de ação consciente radical. Ora, qual pode ser a razão última da crítica às “velhas formas organizacionais”, ao controle, à dominação, ao preconceito etc. dentro das organizações? Podem ser várias, mas a única que se justifica quando o objetivo final é a emancipação humana é a consideração de que estas formas e práticas são mais que desumanas, injustas, degradantes etc., mas que são práticas, essencialmente, *capitalistas*. Nosso argumento, como todo o argumento, é moral e, portanto, político, visa a um tempo futuro. A crítica empreendida até aqui não visa à superação epistemológica ascética de uma discussão de método pelo método, mas uma discussão da teoria como instrumento de compreensão e orientação prática da totalidade social de superação não de “formas”, como se estas fossem autônomas, mas de práxis social, ou melhor, do conteúdo de um tempo histórico determinado. Uma discussão dialética, de uma teoria que se confronte com a prática, que se renove com ela, que a influencie e por ela seja influenciada.

Com esta compreensão, fica claro que a resistência é um fenômeno próprio e inerente aos modos de produção das sociedades divididas em classes sociais antagônicas. Na sociedade capitalista, a resistência é um claro indício da percepção da alienação e, como afirma Mézáros (1981), a simples percepção da alienação já deixa claro que não se está alienado por completo. Ou seja, a consciência de que se está em uma sociedade não emancipada é o indício de que a dominação e direção têm resistência, pois, caso a hegemonia não sofresse resistência, sequer seria possível a consciência da alienação. Porém, a resistência é inócua quando fica presa à consciência, à percepção, à ideia; e é insuficiente quando se limita a ser um objeto de negação. A resistência apenas pode ser considerada como algo efetivamente contra-hegemônico quando se propõe a ser um projeto contra-hegemônico de superação das causas que sustentam o projeto hegemônico. Quando as teorias não buscam, entretanto, serem coerentes por serem “possíveis”, reafirmam o tempo histórico e fogem de discutir as contradições da totalidade social, tornando-se não somente inócuas enquanto possíveis elementos para superação do tempo histórico, como também *contraditórias*, uma vez que afirmam práticas que *a priori* recusam.

Nesse sentido, não há como aceitar “formas organizacionais” emancipatórias sem inseri-las no espaço da disputa política, interna e externamente. Toda forma organizacional, no atual contexto, é apenas potencialmente emancipatória, porque carrega em si as contradições do modo de produção em que está inserida. O fato de algumas apresentarem práticas organizacionais politicamente mais “avançadas” não as torna um modelo a ser seguido e, tampouco, que possibilite considerá-las como representativas de um espaço enfim encontrado da auto-realização ou do seu devir. Isso seria, no mínimo, uma redução drástica de análise de realidade, pois restringe os imperativos de reprodução de capital como uma exploração limitada ao espaço organizacional e, pior ainda, tenta resolver a problemática da emancipação humana dentro da sociedade que a subjugou, com todas suas contradições intactas.

Análogo a isso, as “práticas opressoras” não podem ser tomadas como frutos de ações individuais ou de intencionalidade de dominação nas ditas organizações tradicionais. Tal pressuposto levaria a supor que: (a) se há intencionalidade de certos indivíduos, ou (b) se

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

há uma natureza humana que se predispõe a dominar, a “conquistar o poder”, concluiríamos que (a) bastaria trocar as pessoas do comando para que este fosse democratizado, ou, pior, que (b) se a natureza humana impõe ao ser humano a disputa por poder, esse poder é absoluto e a natureza humana é-lhe, portanto, imutável. Tais suposições tornariam impossível a compreensão da superação das “formas tradicionais” de organização porque partem de pressupostos a-históricos, desconsiderando que as “formas tradicionais” são formas historicamente existentes para a reprodução de capital e que, portanto, são reféns de seus imperativos.

Assim, problematiza-se a questão de como superar esta situação. Da mesma forma que não é uma única organização, nem, tampouco, várias organizações que poderão superar esta situação, é evidente que não é em um ensaio que esta resposta poderá ser encontrada. É parte, todavia, de um esforço na busca por uma organização da vida humana com fins mais amplos e não auto-destrutivos como a reprodução de capital, em busca da emancipação humana. Emancipação esta que não pode vir como um presente dado por um grupo “iluminado” ou como o fruto de um colapso do capital tropeçando sobre suas próprias pernas (MÉSZÁROS, 2002). A “saída” – superação positiva da ordem sociometabólica do capital - apenas pode se dar pela conjugação de vários elementos de forma consciente e radical, com base em um projeto de resistência que se complete e se apresente como uma alternativa contra-hegemônica, com radicalidade de ação e teoria, em dialética e positiva relação. E este é o desafio de nosso tempo.

Referências

AKTOUF, O. A Administração entre a tradição e a renovação. São Paulo; Atlas, 1996.

CLEGG, S.; HARDY, C. Organização e estudos organizacionais. *In*: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R.; CALDAS, M.; FACHIN, R. & FISCHER, T. Handbook de Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.

DAVEL, E; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em Administração: reflexões e constatações sobre produção brasileira. *In*: Encontro de Estudos Organizacionais. Anais. ANPAD, CD1, Recife: 2002

DELLAGNELO, E. H. L. Racionalidade e novas formas organizacionais. *In*: LANER, A. S.; da CRUZ JÚNIOR, J. B. (org.). Repensando as organizações: da formação à participação. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, n° 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafetá Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html>. Acesso em 16/06/08.

LENIN, V. I. Que fazer?: as questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1988.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política – Tomo I. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

_____. A questão judaica. 6. ed São Paulo: Centauro, 2007

_____; ENGELS, F..A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARTINS, C.; MARTINS, A. C. G. *Ontologia Marxista, Emancipação Huamana e Estudos Organizacionais*. In: Anais do XXXV Enanpad, Rio de Janeiro, 2011.

MÉSZÁROS, István. Marx: A Teoria da Alienação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. A Educação para além do capital. Campinas: Boitempo, 2005.

_____. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI. Campinas: Boitempo, 2007.

SERVA, M. O fenômeno das Organizações Substantivas. In: RAE - EAESP/ FGV. Mar/Abr.1993.

VAZQUEZ, Sanches A. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.